

Mercado S/A



AMAURI SEGALLA
amaurisegalla@diariosassociados.com.br

Com os indicadores inflacionários em disparada, seria inesperado não elevar a Selic, mas, certamente, Galípolo sofrerá forte pressão do governo

Banco Central se prepara para alta da Selic em meio à pressão do governo

Ed Alves/CB/D.A Press

A próxima semana será decisiva para conhecer a direção que o Banco Central tomará para conter a escalada inflacionária. Na última ata do Comitê de Política Monetária (Copom), há sinais claros de que o colegiado aumentará a Selic, a taxa básica de juros da economia brasileira, em um ponto percentual, alcançando 14,25% — nível que não era registrado desde outubro de 2016. Os novos encontros do Copom estão agendados para 18 e 19 de março, e serão comandados por Gabriel Galípolo, que assumiu a chefia do BC em janeiro. Com os indicadores inflacionários em disparada, seria inesperado não elevar a Selic, mas certamente Galípolo sofrerá forte pressão do governo. Segundo economistas, aumentar os juros é uma medida necessária para manter a credibilidade do BC e garantir a convergência da inflação para a meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional. Ou seja, Galípolo tem um grande desafio pela frente.



Musk fracassa na tentativa de reduzir gastos federais

Convocado pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, para assumir a chefia do recém-criado Departamento de Eficiência Governamental, o bilionário Elon Musk, dono da Tesla e do X, tem falhado em sua missão de cortar gastos federais. Em fevereiro, as despesas do governo americano atingiram o recorde histórico de US\$ 603 bilhões, o que significou um aumento de 7% em relação ao mesmo mês do ano passado. A conclusão não poderia ser outra: Musk fala muito, mas realiza pouco.

Salário pesa mais que home office na escolha profissional

Trabalhar no regime de home office é um atrativo para a maior parte dos brasileiros, mas existe um fator ainda mais determinante para as escolhas profissionais: dinheiro. Uma pesquisa realizada pela empresa especializada em recursos humanos Sólides revelou que 67% dos trabalhadores do país que atuam remotamente aceitariam migrar para o modelo híbrido ou presencial caso recebessem um salário mais alto. Ou seja: no fim das contas, o que pesa na vida das pessoas é a renda.

reprodução/internet



FMU pede recuperação judicial para renegociar dívidas

A onda de recuperação judicial no país chegou às empresas de ensino. Uma das maiores instituições de educação superior do Brasil, a FMU entrou com pedido de RJ para renegociar R\$ 130 milhões em dívidas. Segundo o reitor Ricardo Ponsirenas, a rotina de aulas seguirá inalterada, sem demissões ou cancelamentos de projetos. A FMU emprega 1,1 mil funcionários. Desde 2020, pertence ao fundo de investimento Farallon, que assumiu o controle após a compra da Laureate pela Ânima Educação.

328,3 milhões

de toneladas deverá ser a produção brasileira de grãos na safra 2024/25, segundo nova projeção da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Se confirmado, o número representará um acréscimo de 10% versus o volume do ciclo anterior

Diogo Zacarias/MPO



Vamos conseguir entregar o Orçamento cumprindo as regras fiscais"

Simone Tebet,
ministra do Planejamento

RAPIDINHAS

» Mais um indicador preocupante para a economia brasileira: em janeiro, o setor de serviços encolheu 0,2% na comparação com dezembro de 2024, conforme pesquisa do IBGE. O resultado negativo se deve aos serviços prestados pelas famílias, que tiveram retração de 2,4%, e ao segmento de transportes, com queda de 1,8%.

» A dinamarquesa Lego, uma das maiores fabricantes de brinquedos do mundo, vai investir no desenvolvimento de videogames próprios. A ideia é unir experiências físicas e digitais, permitindo que os jogadores construam no mundo real e interajam virtualmente. No universo dos games, a empresa mantém parcerias com franquias, como Star Wars e Harry Potter.

» O Google doou US\$ 100 mil ao Laboratório de Acessibilidade Digital da Universidade de São Paulo (USP) para apoiar pesquisas que visam tornar a web mais inclusiva para pessoas com deficiência. Os recursos deverão ser usados no desenvolvimento de tecnologias, como reconhecimento de voz e leitores de tela.

» Em janeiro, o estoque de crédito no Brasil atingiu R\$ 6,4 trilhões, mantendo-se estável em relação a dezembro. O crédito para pessoas físicas ultrapassou R\$ 4 trilhões pela primeira vez desde 2007, um aumento de 1,2% em relação ao mês anterior. Já o crédito para pessoas jurídicas teve queda de 1,8%, somando R\$ 2,4 trilhões.

CONTAS PÚBLICAS / No primeiro encontro como colegas, Gleisi e Haddad trataram das propostas do governo que serão votadas no Congresso. Um deles, a isenção do IR para renda até R\$ 5 mil, deve seguir na semana que vem

Isenção de IR rumo ao Congresso

» VICTOR CORREIA

O governo vai encaminhar ao Congresso, na próxima semana, a proposta para isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil mensais. Quem informou foi a ministra da Secretaria de Relações Institucionais (SRI), Gleisi Hoffmann, ontem, após encontrar-se com o colega da Fazenda, Fernando Haddad.

Foi a primeira reunião com um ministro desde a sua posse, na segunda-feira.

"Estamos acertando a agenda com o presidente Lula para fazer esse envio, terminar os ajustes que têm que ser feitos, que a Fazenda está terminando, e nós vamos marcar", afirmou a chefe da SRI. Ainda não há uma data definida, nem se sabe se haverá um evento para anunciar a isenção.

A proposta é uma promessa de campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e uma das principais apostas para tentar reverter a queda de popularidade do governo federal.

Atualmente, estão isentos do Imposto de Renda os trabalhadores que ganham até R\$ 2.259,20, segundo tabela publicada pela Receita Federal. O Ministério da Fazenda estima que o aumento da faixa de isenção vai representar uma renúncia de cerca de R\$ 25 bilhões em arrecadação para o governo federal. O objetivo do governo é compensar o valor com uma proposta de taxaço sobre grandes fortunas.

Uma das possibilidades ventiladas é a criação de um imposto de ao menos 10% sobre quem tem renda maior do que R\$ 600 mil por ano, equivalente a R\$ 50

mil mensais. Isso seria aplicado também sobre lucros e dividendos, atingindo a parcela mais rica da economia.

Ajuste no Orçamento

A ministra também negou que haja novos cortes de gastos no horizonte do governo. "Não tem essa pauta no Congresso. Nós já fizemos medidas de ajuste de contas no fim do ano", respondeu. Na quarta-feira, o Ministério do Planejamento encaminhou ao Congresso um ofício que prevê um remanejamento de recursos no Orçamento de 2025, com corte de R\$ 7,7 bilhões no programa Bolsa Família e inclusão de R\$ 3,6 bilhões no Vale-Gás e a manutenção de R\$ 1 bilhão no Pé-de-Meia.

Ela disse que o corte no Bolsa Família não afetará os beneficiários. "Foi um ajuste que tivemos que fazer para ter o espaço fiscal para outros programas, mas que vai ser recuperado ao longo do ano", garantiu Gleisi.

Como presidente do PT e deputada federal, Gleisi fez uma série de críticas à política econômica encampada por Haddad, especialmente sobre a defesa dos cortes nos gastos públicos. Sua ida para a SRI gerou incerteza sobre a condução da política econômica do governo. Desde que assumiu o cargo, porém, ela vem fazendo acenos a Haddad. "Eu estarei aqui, ministro Fernando Haddad, para ajudar na consolidação das pautas econômicas deste governo, as pautas que você conduz e que estão colocando o Brasil novamente na rota do emprego, do crescimento e da renda", disse Gleisi, durante a cerimônia de sua posse.

Diogo Zacarias



Gleisi, antes crítica da política fiscal, acertou com Haddad a pauta a ser defendida no Congresso

Há recurso para Pé-de-Meia, diz Camilo

» DANANDRA ROCHA

O ministro da Educação, Camilo Santana, garantiu que o governo já tem os recursos necessários para manter o programa Pé-de-Meia este ano. A declaração veio após o Tribunal de Contas da União (TCU) liberar o uso de fundos privados para financiar a iniciativa.

"O Tribunal de Contas da União autorizou uso de recursos de fundos privados. Nós, inclusive, pagamos, agora, no fim do ano", disse Santana, ontem, em evento da entidade Todos Pela Educação, em São Paulo.

Aprovado pelo Congresso Nacional e instituído pela Lei nº 14.818/2024, o programa Pé-de-Meia busca reduzir a evasão escolar, oferecendo incentivo financeiro a estudantes do ensino médio da rede pública, inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico).

O benefício prevê depósitos escalonados ao longo do ano letivo. Os valores podem chegar a R\$ 9.200 por estudante até o fim do programa. No entanto, a continuidade dos pagamentos ficou ameaçada após o TCU bloquear R\$ 6 bilhões destinados ao

programa, sob a justificativa de que os recursos estavam fora das regras orçamentárias.

Os problemas envolvem o uso indevido de recursos do Fundo de Garantia de Operações (FGO) sem a devida previsão orçamentária, o que contraria normas fiscais. Além disso, foi apontado que a execução dos pagamentos ocorreu antes de uma regulamentação clara sobre a origem dos recursos.

Segundo Camilo, os estudantes que já recebem o benefício podem ficar tranquilos: os repasses estão garantidos. "Vamos apresentar um balanço do

programa em março, e tenho certeza de que os números mostrarão o número de alunos que retornaram às aulas devido a esse programa.", informou Santana.

Agora, o desafio do governo é encontrar uma solução permanente para que o Pé-de-Meia seja oficialmente incorporado ao Orçamento, garantindo sua continuidade sem novos impasses.

"Estamos trabalhando dentro do prazo estabelecido, mas a garantia do programa continua, pois ele tem um efeito importante, especialmente na permanência dos jovens na escola", afirmou o ministro.